



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO: Abertura de processo licitatório através de registro de preços para futura contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza/lavagem da frota de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS.

1.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 162.640,00 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais)**, sendo que o valores máximos a ser pago pelo município estão indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição da prestação de serviço Catser 13544	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Lavagem geral de veículo leve: lavagem na parte externa do veículo, com secagem, acabamento e aplicação de pretinho, associado a aspiração interna, com limpeza dos vidros, painel e console	360	Unidade	53,00	19.080,00
2	Lavagem geral com motor de veículo leve: lavagem completa do veículo, a sua limpeza externa e interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral. Inclui-se nesse processo a lavagem e pulverização do motor, chassi com produto adequado, pára-lamas, embuchamentos, carroceria, bagageiro, vidros, chaparia, etc.	60	Unidade	75,00	4.500,00
3	Lavagem geral de veículo ambulância: lavagem da parte interna/traseira e externa do veículo, com secagem, acabamento e aplicação de pretinho, associado a aspiração interna, com limpeza interna, vidros, painel e console, etc.	250	Unidade	100,00	25.000,00
4	Lavagem geral com motor veículo ambulância: lavagem do motor e da parte interna/traseira e externa do veículo, com secagem, acabamento e aplicação de pretinho, associado a aspiração interna, com limpeza interna, vidros, painel e console, etc.	30	Unidade	170,00	5.100,0
5	Lavagem geral veículo micro ônibus: lavagem da parte externa do veículo, com secagem, acabamento e aplicação de pretinho, associado a aspiração interna, com limpeza interna, vidros, painel e console, etc.	170	Unidade	234,50	39.865,00
6	Lavagem geral com motor veículo micro ônibus: lavagem do motor e da parte externa do veículo, com secagem, acabamento e aplicação de pretinho, associado a aspiração interna, com limpeza interna, vidros, painel e console, etc.	30	Unidade	282,50	8.475,00
7	Lavagem geral veículo ônibus: lavagem da parte externa do veículo, com secagem, acabamento e aplicação de pretinho, associado a aspiração interna, com limpeza interna, vidros, painel e console, etc.	50	Unidade	292,00	14.600,00
8	Lavagem geral com motor veículo ônibus: lavagem do motor e da parte externa do veículo, com secagem, acabamento e aplicação de pretinho, associado a aspiração interna, com limpeza interna, vidros, painel e console, etc.	30	Unidade	300,00	9.000,00
9	Lavagem geral com motor veículo caminhão: lavagem do motor e da parte externa do veículo, com secagem, acabamento e aplicação de pretinho, associado a aspiração interna, com limpeza interna, vidros, painel e console, etc.	30	Unidade	300,00	9.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10	Lavagem geral com motor trator agrícola, retroescavadeira e rolo compactador: lavagem do motor e da parte externa do veículo, com secagem, acabamento e aplicação de pretinho, associado a aspiração interna, com limpeza interna, vidros, painel e console, etc.	60	Unidade	273,00	16.380,00
11	Lavagem geral com motor motoniveladora: lavagem do motor e da parte externa do veículo, com secagem, acabamento e aplicação de pretinho, associado a aspiração interna, com limpeza interna, vidros, painel e console, etc.	30	Unidade	388,00	11.640,00

1.2. Os quantitativos foram estimados para um período de 12 (doze) meses levando em consideração a frota atual relacionada abaixo:

VEÍCULOS LEVES / UTILITÁRIOS / VANS	PLACA	ANO / MODELO
RENAULT MASTER NIKS AMB2	FYN7C92	2022/2023
CHEVROLET MONTANA PCIA A	JAN7D32	2020/2021
I/M.BENZ 416CDI SPRINTER F	JAU4C96	2021/2022
IVECO/DAILY45S14 GRANFUR	ISD9606	2010/2011
GM/CORSA SEDAN MAXX	INU0A76	2007/2007
CHEVROLET/CELTA 1.0L LT	IWG8337	2014/2015
CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ	IYO4710	2017/2018
FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4	IYU6612	2018/2018
FIAT/ARGO DRIVE 1.3	JAE3E49	2020/2020
I/RENAULT LOGAN ZEN16MT	JAE9G35	2020/2021
FIAT/ARGO DRIVE 1.3	JAV8E71	2021/2022
CHEV/SPIN 1.8L AT ACT	JBG6I07	2022/2022
CHEV/SPIN 1.8L AT PREMIER	JBH7D60	2022/2023
FIAT/ARGO TREKKING 1.3	JBS5B44	2022/2023
I/FORD TRANSIT NIKS PAS	JBZ7H49	2022/2023
I/M.BENZ 517 SPRINTER A3	JCZ3D50	2024/2025
I/M.BENZ 416CDISPRINTERM	JAC1G29	2019/2020
AGRALE/MARRUAAM200 MOP8	JCY7F52	2024/2024
CHEV/SPIN 1.8L AT LT7	JCL8G28	2023/2024
CHEV/SPIN 1.8L AT ACT7	JAK7J26	2020/2021
FIAT/FIORINO ENDURANCE	JBG4G07	2022/2022
VW/QUANTUM	IHX8121	1998/1999
FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX	IOH9405	2007/2008
VW/NOVO GOL 1.6 CITY	ITR9I70	2012/2013
VW/PARATI 1.8 SURF	IOO5E02	2008/2008
VW/NOVA SAVEIRO RB MBVS	IXI9471	2016/2017
I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3	JCY6B49	2024/2024
FORD/FIESTA 1.6 FLEX	IVP8165	2014/2014
I/CHEV CRUZE LTZ NB AT	JBG9E56	2022/2022
FORD/FIESTA SEDAN1.6FLEX	IQN3H18	2010/2010
I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3	JCY6B59	2024/2025
CHEVROLET/CELTA 1.0L LT	IWG8336	2014/2015
NISSAN/GRAND LIVINA 18S	IVQ9959	2014/2014
I/M.BENZ 417 SPRINTER C	JCV4G67	2023/2024
VERANEIO C10	JFO8C42	1996/1996
FORD/FIESTA SEDAN1.6FLEX	IVP8153	2014/2014
MÁQUINAS PESADAS/TRATORES		ANO/MODELO
RETROESCAVADEIRA XC870BR-I		2023
RETROESCAVADEIRA XC870BR-I		2024
RETROESCAVADEIRA JCB 3CX 2WS4WD		2018/2018
RETROESCAVADEIRA JCB 3CX		2023



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MOTONIVELADORAS NEW HOLAND RG/170		2014
MOTONIVELADORAS CASE 845 B		2014
MOTONIVELADORAS XCMG/GR1803BR		2023
ESCAVADEIRA HIDRAULICA XE150BR		2022
ROLO COMPACTADOR XS123PDBR		2023
ROLO COMPACTADOR XS80		2001
TRATOR MF 275		1996
TRATOR TRAMONTINE TDH1680		2016
TRATOR JOHN DEERE 6100		2018
ÔNIBUS / MICRO-ÔNIBUS	PLACA	ANO/MODELO
MARCOPOLO/VOLARE DV9L R	JBO3E50	2010/2010
MARCOPOLO/VOLARE W8 ON	IRJ6130	2012/2013
MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	IUB5I95	2014/2015
MARCOPOLO/VOLARE V6L EO	IXB6540	2019/2019
MARCOPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	IZJ6G35	2021/2022
M.BENZ/MASCA GRANMICRO O	JBA4B02	2021/2022
M.BENZ/MASCA GRANMICRO O	JBA4C28	2021/2022
M.BENZ/MASCA GRANMICRO O	JBG3C98	2022/2023
MARCOPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	JBO8G09	2024/2024
MARCOPOLO/VOLARE A6 ON	ILR0503	2014/2014
VW/15.190 EOD E.HD ORE	IVY1G68	2014/2014
CAMINHÃO	PLACA	ANO/MODELO
AGRALE/13000	IRO1166	2010/2011
AGRALE/13000	ISH0425	2011/2011
M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4	IVM9453	2014/2014
IVECO/TECTOR 240E28	JAP6H81	2021/2021
VOLVO/VM 270 6X4R	JCL8B40	2022/2022
FORD/CARGO 2423	IUB5807	2012/2013
GMC / 6100 CAMINHÃO	IKQ1737	2001/2002
AGRALE/6000 D TANQUE	IRS9442	2011/2011

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Optou-se pelo uso do Sistema de Registro de Preços, fundamentado no inciso II, do art. 40º, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que convém a este Órgão, a entrega parcelada dos bens, de acordo com a efetivação das necessidades previstas e a disponibilidade orçamentária.

2.2. As dotações orçamentárias para cobrir as despesas decorrentes desta demanda serão alocadas no momento de sua contratação.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto licitado tem natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A demandas se refere a fornecimentos contínuos, a qual será requisitada pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, cujo interrupção ocasionará prejuízos a pessoas e serviços essenciais.

3.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
II. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
III. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

IV. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

V. Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

3.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital do



presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS eo INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VI. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VII. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII. Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.

4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.1. A licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, quando esta não contiver data de validade, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores;

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

5.1. A licitante deverá apresentar:

I. Alvará de Localização expedido pela Prefeitura Municipal da sede do licitante;

II. Atestado de Capacitação Técnica, que comprove aptidão para fornecimento, pertinente e compatível com a natureza do presente objeto, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação.

III. Licenças ambientais fornecidas pelos órgãos competentes, do local onde será executado o serviço demandado.

6. DA VIGÊNCIA E ASSINATURA DO CONTRATO:

6.1. A Ata de Registro de Preços oriunda deste processo licitatório, terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, desvinculada da duração dos créditos orçamentários, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso Art. 84 da lei 14.133/2021.

6.2. O instrumento contratual terá prazo de vigência adstrita à validade dos respectivos créditos orçamentários.

6.3. A licitante vencedora deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação, apresentar-se para assinatura da Ata de Registro de Preços e dos Contratos Simplificados, sob pena de desclassificação da proposta, além das penalidades previstas neste termo.

6.3. O prazo mencionado no item 6.3 poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração conforme previsto no § 1º, do art. 90, da Lei nº 14.133/2021.

6.4. É expressamente vedada a subcontratação do objeto deste Edital, conforme previsto no § 2º do Art. 122 da Lei 14.133/2021.

7. DO PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA E GARANTIA:

I. A entrega do objeto licitado será feita de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, de acordo com as quantidades requisitadas, nas condições e prazos estabelecidos.



II. A nota de empenho/ordem de entrega será enviada para o e-mail informado pela empresa na proposta de preços, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos de entrega dos produtos).

III. A garantia dos serviços prestados consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei no 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e alterações subsequentes.

IV. Por conveniência e economicidade da Administração Pública, a proponente interessada deverá ter sede ou filial estabelecida no perímetro urbano do município de São Vicente do Sul-RS, para tanto, poderão participar do processo licitatório, empresas localizadas num raio de até 05 (cinco) Km da sede da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul-RS, localizada à Rua General João Antônio, nº 1305, bairro centro, CEP 97.420.000.

V. A exigência de distância máxima fundamenta-se na necessidade de assegurar rapidez no atendimento, reduzir o tempo de indisponibilidade dos veículos e máquinas, evitar riscos à segurança no deslocamento de veículos e máquinas, reduzir os custos com o respectivo deslocamento dos veículos e máquinas até a empresa, além de preservar a continuidade dos serviços públicos.

VI. Será admitida a participação de empresas cuja sede esteja localizada fora do limite estabelecido, desde que comprovem, antes da assinatura da ata de registro de preços, a existência de filial, unidade operacional, posto avançado ou estrutura logística permanente dentro do limite de distância previsto nos subitens acima, apta a atender integralmente às demandas da Administração.

VII. A empresa contratada deverá prestar atendimento às solicitações no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do recebimento da ordem de serviço ou solicitação formal emitida pela Administração, por meio físico ou eletrônico.

VIII. Em situações excepcionais e devidamente justificadas pela Administração, a contratada deverá disponibilizar atendimento emergencial no prazo máximo de até 12 (doze) horas, especialmente para ambulâncias, transporte escolar e veículos em operação essencial.

IX. O atendimento deverá ocorrer de forma a não comprometer a continuidade dos serviços públicos, sendo responsabilidade da contratada adotar os meios necessários para garantir a tempestividade do serviço.

X. A empresa deverá possuir local adequado para execução dos serviços, com sistema de drenagem e destinação ambientalmente correta dos efluentes gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

XI. Todo o custo de execução da prestação de serviços inclusive dos produtos a ser utilizado para limpeza dos veículos e maquinários será por conta da empresa licitante.

8. DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto desta Licitação serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.2. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

8.3. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

8.4. O objeto demandado deverá estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelo Município, sendo que a inobservância desta condição implicará a sua recusa, bem como



sua devida adequação e/ou substituição, sem que caiba à Contratada qualquer tipo de reclamação ou indenização.

9 - DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, através do aceite na nota fiscal emitida pela contratada, por parte do servidor ou comissão responsável, designado para tal.

I. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

II. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).

III. As dotações orçamentárias para cobrir as despesas decorrentes deste processo licitatório serão alocadas no momento de sua contratação.

9.2. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

I Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

9.3. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.5. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

9.6. O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita no Edital e Termo de Referência.

9.7. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

9.8. Sempre que forem atendidas as condições do presente edital, considerar-se-á mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.

9.9. O valor contratado será revisado nos seguintes casos:

I. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos da proposta, quando comprovada sua incidência sobre os valores, para mais ou para menos.

II. Havendo alteração unilateral do contrato oriundo deste processo licitatório que afete seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o Município deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

III. A requerimento da Licitante Vencedora, sempre que houver acréscimos nos preços dos insumos que compõem o seu custo, desde que comprovado o impacto econômico-financeiro.

9.10. A fiscalização poderá deduzir nas faturas:

I. Os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização.

II. O valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo



justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste edital as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

III. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas “I”, “III” e “IV” do item 10.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2 do presente Edital.

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.6. A aplicação das sanções previstas no item 10.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.7. Na aplicação da sanção prevista no item 10.2, alínea “II”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “III” e “IV” do item 10.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II. Pagamento da multa;

III. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

10.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “VIII” e “XII” do item 10.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.



11. DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:

11.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento do Contrato oriundo deste processo licitatório, ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do veículo no local onde estiver sendo executado o objeto Licitado:

- I.** Greve geral;
- II.** Calamidade pública;
- III.** Interrupção dos meios de transporte;
- IV.** Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e
- V.** Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

11.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela empresa licitante.

11.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

I. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

12. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

12.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços registrados caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021: “para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato”.

13. DA EXTINÇÃO

13.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA:

- I.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II.** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III.** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios

São Vicente do Sul, 16 de março de 2026

Clanilton Silva Salvador
Secretário Municipal de Administração